

REDESENHANDO ESTEREÓTIPOS: CONCEPÇÕES E PRÁTICAS DE DOCENTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Autor: Livia Machado Oliveira¹; Orientador: Jonas Alves da Silva Junior².

(¹ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; liviaolliveira@gmail.com, ² Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; jonasjr@usp.br).

RESUMO

O presente ensaio apresenta o fruto da discussão das pesquisas concluídas e em andamento que versam sobre o gênero da docência na Educação Infantil. A partir das análises da realidade e da história da educação, é possível afirmar que o gênero feminino corresponde majoritariamente como a parcela mais expressiva no que se refere às práticas docentes voltadas para a Educação Infantil.

Diante disso, cabe ressaltar que tal contexto diferentemente do que muitos acreditam, não foi construído de maneira “natural”, mas sim, por meio de uma intencionalidade subsidiada pelas relações de gênero que alicerçam a nossa sociedade. Sendo este processo intitulado como “feminização do magistério”, uma vez que nem sempre a educação “letrada” que concebemos como proporcionada pela escola foi função das mulheres, digo isto, pois através de uma reconstrução histórica é possível afirmar que inicialmente era o homem quem detinha tal ofício. Este sendo concebido como “mestre- escola ou mestre de primeiras letras”.

Em consonância a este percurso, apresentamos o estudo intitulado “Redesenhando Estereótipos: Representações Sociais de Docentes Homens na Educação Infantil” que têm por objetivo compreender quais são os atravessamentos sociais que permeiam a atuação docente de um homem que leciona para crianças pequenas. Convém ressaltar que este trabalho é um desdobramento de uma pesquisa anterior realizada no ano de 2016 para obtenção do título de licenciada em Pedagogia, cujo objeto de estudo foi a construção social dos discentes homens do curso de Pedagogia e que teve por objetivo conceber quais eram as concepções desses sujeitos acerca da atuação docente na Educação Infantil, assim como a possível perspectiva de atuação ou não no referido segmento.

Diante deste cenário, foi possível constatar através desta pesquisa que os referidos sujeitos não se sentem mobilizados a ingressarem neste segmento devido à complexidade dos questionamentos e críticas por parte da sociedade sempre atravessadas pela questão de gênero e sexualidade. Observamos que as construções sociais de que para o exercício da docência com crianças pequenas há a necessidade de um “jeito” estão tão internalizadas em nossas subjetividades, que mesmo esses sujeitos atuando como um símbolo de resistência, sendo homem em um curso majoritariamente feminino, ainda assim, verificamos que em suas falas há resquícios dessas naturalizações estereotipadas:

*Não pretendo atuar na Educação Infantil. Não tenho muito **tato** com crianças.*

*...Ele tem que ser bem competente, e ter muito **jeito**, tanto com as crianças, quanto (e principalmente) com os pais¹*

¹ Dados da pesquisa realizada no ano de 2016 “UM ESTUDO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO CURSO DE PEDAGOGIA: REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE DISCENTES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL”

Com base nesses posicionamentos, várias reflexões surgiram e foram pensadas na monografia de modo a subsidiar as inquietações que serão aprofundadas nesta pesquisa: O que é necessário para a atuação docente na Educação Infantil, jeito ou formação profissional qualificada? Será que nenhum homem possui habilidades para trabalhar com crianças e todas as mulheres possuem? Quais são os “perigos” que um homem pode oferecer às crianças que uma mulher não possa? Se o problema é a violação de corpo infantil, será que somente homens são pedófilos?

As ferramentas coercitivas subjetivas instituídas pelo meio social atuam de forma tão sutil e natural, que nos tornamos nossos próprios opressores. Sendo assim, este trabalho se justifica pela necessidade de conhecermos quem são esses sujeitos que decidem romper com as barreiras sociais ligadas a divisão sexual do trabalho, gênero e sexualidade e atuam como docentes nesse segmento tão estigmatizado e construído através de uma perspectiva de atuação “natural” feminina, buscando compreender como se dá a sua prática diante de tantos questionamentos.

Historicamente a educação de crianças de 0 a 6 anos se construiu sendo majoritariamente um espaço ocupado e destinado às mulheres. Esse cenário é resultado de um processo histórico do legado patriarcal da nossa sociedade, onde as mulheres e suas atuações eram restritas à esfera privada da sociedade, responsáveis pela reprodução e cuidado do lar, enquanto os homens se ocupavam da esfera pública, da produção de conhecimento e desenvolvimento da sociedade.

Diante disso, esta naturalização histórica permeia a construção social de uma “naturalização” de que as práticas fundamentais para o exercício da profissão docente na Educação Infantil são da natureza do “mundo feminino”, configurando então uma cultura institucional que institui a mulher uma predestinação natural devido à maternidade.

O útero define a mulher e determina seu comportamento emocional e moral. Na época, pensava-se que o sistema reprodutor feminino era particularmente sensível e que essa sensibilidade era ainda maior devido à debilidade intelectual. As mulheres tinham músculos menos desenvolvidos e eram sedentárias por opção. A comparação da fraqueza muscular e intelectual e sensibilidade emocional faziam delas os seres mais aptos para criar e educar os filhos em tenra idade. Desse modo, o útero, definiu o lugar das mulheres como mães. (HUNT apud PERROT, DUBY, 1990, p.50)

Carvalho (2011) sinaliza que tal naturalização está tão intrínseca à nossa construção sociocultural que acabamos banalizando os motivos da “presença-ausência” de docentes homens na educação de crianças pequenas. É preciso romper com as barreiras do imaginário da “professorinha” como verdade absoluta e questionar as premissas que alicerçam estereótipos em torno da figura feminina em detrimento das atuações masculinas na educação de crianças pequenas.

Dito isto, podemos afirmar que a atuação de docentes homens na Educação Infantil causa estranhamento e é vista como inapropriada socialmente, pois além de questionar o paradigma da docência nas séries iniciais como sendo uma profissão eminentemente feminina vai contra a concepção de masculinidade, o que é ser homem socialmente. Devido a essa construção histórica, é notório que há um esvaziamento da figura masculina nos espaços destinados ao cuidado das crianças pequenas.

São poucos os homens que decidem romper com as questões paradigmáticas que alicerçam a educação infantil como sendo um espaço de práticas femininas e decidem lecionar neste segmento, tendo em vista que os mesmos são vistos como um “corpo estranho” na escola.

Os profissionais homens que assumem este papel enfrentam dilemas diários no que tange ao cuidar/educar, o que evidencia que muitas vezes o caminho a ser percorrido para a investitura em cargos que lidam diretamente com a educação da primeira infância não se torna um processo natural para homens.

Com base em relatos realizados em pesquisas anteriores, observa-se que na rede privada de ensino a questão é ainda mais conflituosa, pois estes profissionais se deparam com a insegurança de gestores com receio da reação dos pais ao se depararem com tal situação. Nesse sentido, Carvalho aponta:

O trabalho com crianças pequenas tem sido compreendido como próprio de uma profissão eminentemente feminina, porque lida com cuidados corporais de meninos e meninas, provocando alguns estigmas. Uma vez que historicamente e como uma continuação da maternidade, os cuidados com o corpo foram e ainda se constituem atributos das mulheres, a possibilidades de um homem lidar com meninos e meninas de pouca idade provoca conflitos, dúvidas, questionamentos e preconceitos. (2011, p.24)

Os questionamentos citados anteriormente estão intimamente ligados ao conflito da masculinidade hegemônica. Socialmente não cabe ao homem os deveres do cuidado com o corpo de crianças, essa é uma “função” do mundo feminino, por isso a fuga desse estereótipo é visto como conflituosa, sendo a sexualidade desses sujeitos logo colocada em jogo.

Ser mulher ou ser homem carrega consigo um fardo social que dita normas, padrões e atitudes a serem desempenhadas por esses sujeitos sociais. A sociedade age como vigilante dessa estrutura social e qualquer “fuga” desses padrões são consideradas desestabilizadoras e passíveis de coerção. A naturalização dos papéis sociais está tão intrínseca a nossa construção sujeito histórico que a coerção muita vezes parte da própria população que sofre com as delimitações dessa padronização. Podemos evidenciar tal afirmação através de falas estereotipadas internalizadas socialmente. Ou seja, o opressor passa a habitar inconscientemente nossos posicionamentos e atitudes.

Os padrões de comportamento predominantes de uma cultura não são, portanto, naturais, e sim construídos socialmente, seguindo modelos que atendem aos interesses de determinados grupos da mesma sociedade. Como estes padrões são aceitos como verdadeiros, as pessoas que agem de maneira contrária são vistas como incorretas por infringirem as normas aceitas pela cultura na qual estão inseridas. Muitas vezes essas pessoas sofrem consequências e, para evitá-las, voltam a agir conforme as normas estabelecidas. (GONÇALVES, 2010, p. 46-47)

Compreender o processo de segregação da presença masculina no que concerne a perspectiva da atuação docente na Educação Infantil perpassa por conceber de maneira crítica e reflexiva o conceito de masculinidade, analisando as ferramentas sociais que atuam na construção desses sujeitos e que de maneira camuflada dita normas, atuações e posicionamentos considerados “normais” para esses sujeitos que carregam um fardo hegemônico da supremacia social diante das relações de poder.

O conceito de masculinidade hegemônica compreende a figura masculina como centro das relações humanas de poder. Por meio da concepção difundida historicamente de que a educação de crianças pequenas é mais bem desempenhada por mulheres, devido às atribuições da “natureza feminina” como cuidado e sensibilidade advinda de um instinto materno, este segmento passou a ser concebido como uma extensão da vida doméstica privada. Consequentemente este fato explicam as potenciais tentativas de segregação da relação homem-criança.

Tal fato implica diretamente nas concepções conflitantes das práticas docentes masculinas, principalmente as ligadas às crianças pequenas. Diante deste cenário é possível compreendermos as premissas que alicerçam a busca pelo distanciamento da figura masculina da esfera infantil. Segundo a construção social de dominação masculina, o homem ao se dedicar a funções tidas como de âmbito feminino, coloca sua integridade em cheque, pois o mesmo passa a ser considerado como um homem de “menor valor”.

Entendemos que essas indagações e inquietações devem ser incorporadas à formação docente, com o objetivo de viabilizar uma práxis mais crítica e engajada nas questões vinculadas a contemporaneidade. As questões que versam sobre gênero e sexualidade devem ser integradas à academia de forma mais expressiva e transpor seus muros, para que possa atingir um número maior de sujeitos que independentemente de concordarem ou não sobre o desenvolvimento da temática tenham acesso a um diálogo crítico. Somente assim caminharemos rumo a uma sociedade mais igualitária, democrática e inclusiva em que a diversidade seja, de fato, celebrada.

A partir dessas informações, informamos que as análises iniciais aqui apresentadas ainda estão em fase de construção, uma vez que, o ingresso ao campo para fase de entrevista com os interlocutores dessa pesquisa está programada para o segundo semestre de 2018, que juntamente com as novos dados obtidos serão apresentados na versão final do presente estudo.

REFERÊNCIAS

ARCE, Alessandra. **Documentação oficial e o mito da educadora nata na educação infantil**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 113, p. 167-184, jul. 2001.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

CAMPOS, Maria M. **Educar e cuidar: questões sobre o perfil do profissional de educação infantil**. In: **Por uma política de formação do profissional de educação infantil**. MEC/COEDI; Brasília, 1994.

CARVALHO, M. P. **Vozes Masculinas numa Profissão Feminina: O que tem a dizer os professores**. LASA. 1998. Disponível em: Acesso: 14 janeiro, 2018.

CONNELL, Robert William; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica: repensando o conceito**. Estudos Feministas, Florianópolis.

DEMARTINI, Z.; ANTUNES, F. **Magistério primário: profissão feminina, carreira masculina**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo, n.86, p. 5-14, ago, 1993. Disponível: Acesso: 14 ago. 2011.

LOURO, Guacira. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes Ltda., 1997

RAMOS, Joaquim. **Um estudo sobre professores homens da educação infantil e as relações de gênero na Rede Municipal de Belo Horizonte – MG**. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2011.